

22 JAN 1995

MERVAL PEREIRA

O presidente Fernando Henrique Cardoso costuma enfatizar que, das muitas diferenças entre o Brasil e o México, uma é essencial: a democracia, que em nosso país já não é mais apenas um conceito formal, mas um sistema de governo com raízes suficientemente fortes para garantir a transparência das atividades públicas. Com esse raciocínio acadêmico, o presidente quer dizer que, já há algum tempo, e de maneira crescente, a sociedade tem acesso a informações que lhe garantem uma fiscalização permanente, uma cobrança sem tréguas, o que impediria manipulações de dados ou tentativas de embuste.

O episódio do déficit comercial de dezembro parece dar razão ao presidente. Não está claro se houve tentativa de manipulação ou simples incompetência na divulgação de dados tão disparatados, e tudo indica que a segunda hipótese é a mais provável, inclusive porque o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem indiscutível integridade. Seja como for, a credibilidade do Governo foi arranhada. Se a colunista do GLOBO Miriam Leitão teve acesso aos verdadeiros números, é claro que, dentro do Governo, já se sabia do suposto erro. Por que, então, as chamadas autoridades competentes não vieram a público para explicá-lo, em vez de tentar ganhar tempo num assunto que, claramente, era delicado?

Caso tenha havido apenas incompetência técnica, como se explica que ela tenha sido dupla e tenha atingido também os cálculos de novembro? Será possível que a ninguém do setor tenha ocorrido, na hora de divulgar os números, que eles poderiam sofrer alterações devido à greve dos Correios? Bastaria que essa ressalva fosse feita na ocasião para que todas as dúvidas hoje existentes fossem dissipadas.

As últimas votações no Congresso, no entanto, desmentem a teoria do presidente. A pressão da opinião pública fora suficiente, dias antes, para pôr o Senado no canto do ringue quando alguns de seus membros usaram a aprovação do novo presidente do Banco Central para fazer chantagem a favor da anistia do senador Humberto Lucena. Mas essa mesma pressão não foi sufi-

ciente para encurralar os nossos parlamentares quando a questão era salvar seus próprios bolsos. Um escândalo, na expressão do próprio presidente, mas que ficará impune.

Fica provado, portanto, que a democracia pode ser tanto facilitadora das reformas que são necessárias para recolocar o país nos trilhos, como um complicador. A sociedade brasileira, multifacetada como é, e tateando na sua relação com as formas democráticas de pressão e contra-pressão, ainda não está infensa ao poder econômico, ainda não consegue fazer com que sua vontade se imponha plenamente aos poderes que a representam.

Este é um raciocínio perigoso, que dá brechas a teorias golpistas, que surgem a cada crise com o Congresso. O insuspeito José Genoíno, petista de ótimas raízes, é o autor de um desabafo antológico após a vergonhosa sessão da semana passada: "Ainda bem que não temos um Fujimori no Palácio do Planalto."

Não temos um Fujimori, mas o Congresso que está acabando seu mandato é digno dele. Do próximo Congresso, mesmo com pouco mais de 40% de membros do antigo, espera-se comportamento mais de acordo com o sentimento de mudanças que domina o país. E um dado a mais estará no tabuleiro. O presidente Fernando Henrique pretende usar os meios de comunicação para se dirigir à opinião pública e explicar às reformas que enviará ao Congresso. Pretende, com isso, despertar os mecanismos de pressão da sociedade a seu favor.

Resta saber se, dentro do Governo, as informações serão mais claras. Não apenas por parte de seus ministros — que apesar das muitas reuniões andaram se desencontrando durante estes primeiros dias — mas também dentro do Palácio do Planalto, onde um esquema híbrido de comunicação e uma paranóia de centralização de informações anda provocando mais desencontros do que seria desejável.

Por fim, a comunicação do Governo com os parlamentares precisa ser institucionalizada, através de um canal reconhecidamente competente, sob pena de a maioria que o Governo se gaba de ter ir se diluindo de votação a votação, de concessão em concessão.